



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
UNIDADE TÉCNICA DE APOIO ORÇAMENTAL

Ref.ª 25/UTAO/2009

Data: 14.07.2009

NOTA TÉCNICA N.º 9/2009

**Execução Orçamental na Óptica da Contabilidade Nacional
e Contas Nacionais Trimestrais por Sector Institucional
– 1.º Trimestre de 2009 –**

A Nota Técnica foi elaborada com base na informação disponível até ao dia 29 de Junho de 2009.

A análise efectuada é da exclusiva responsabilidade da Unidade Técnica de Apoio Orçamental. A UTAO, criada pela Resolução da Assembleia da República n.º 53/2006, de 7 de Agosto de 2006, é composta pelos Consultores Técnicos Carlos Marinheiro e Graciosa Neves.

Introdução

1 Nos termos do artigo 10.º-A da Resolução da Assembleia da República n.º 20/2004, de 16 de Fevereiro, aditado pela Resolução n.º 53/2006, de 7 de Agosto, compete à UTAO o acompanhamento técnico da execução orçamental. Tal como definido no Plano de Actividades da UTAO esse acompanhamento tem vindo a ser feito com periodicidade trimestral, em dois momentos distintos e nas duas ópticas de contabilização utilizadas em Portugal:

- i. *Em contabilidade pública*, utilizando como informação estatística de base a constante no Boletim Informativo da DGO, que é divulgado mensalmente no dia 20 do mês seguinte ao mês de referência. O Boletim da DGO tem vindo progressivamente a alargar a sua cobertura. Apresenta actualmente dados estatísticos referentes à execução orçamental dos Serviços Integrados, da Segurança Social e dos Serviços e Fundos Autónomos, numa base mensal, bem como a execução orçamental das Administrações Local e Regional, numa base trimestral (com um desfasamento de um mês e 20 dias após o trimestre de referência). A informação apresentada não se encontra, no entanto, consolidada pelo que não permite estimar o valor do saldo orçamental do conjunto das Administrações Públicas, em contabilidade pública. Acresce que a óptica da contabilidade pública não é a óptica de contabilização relevante para o apuramento da satisfação dos compromissos comunitários em matéria de finanças públicas. A primeira Nota Técnica elaborada pela UTAO de análise à execução orçamental foi a referente ao 2.º trimestre de 2007, disponibilizada em 26.7.2007.
- ii. E nesta publicação, *em contabilidade nacional*, utilizando como informação estatística de base a constante nas “Contas Nacionais Trimestrais por Sector Institucional”, do Instituto Nacional de Estatística (INE).¹ Trata-se de uma publicação de carácter regular, divulgada com um desfasamento de 90 dias após o trimestre de referência. Apesar do seu maior desfasamento temporal, esta informação estatística do INE tem a vantagem de apresentar uma estimativa trimestral da *execução orçamental consolidada do conjunto das Administrações Públicas*, na óptica de contabilização relevante para o apuramento da satisfação dos compromissos comunitários em matéria de finanças públicas. A UTAO iniciou esta análise regular na sequência do início de divulgação deste tipo de informação pelo INE.² A primeira análise à execução orçamental trimestral das AP em contabilidade nacional elaborada pela UTAO ocorreu a 16.9.2008.

2 Assim ao analisar, de forma regular, a execução orçamental, com base na informação das “Contas Nacionais Trimestrais por Sector Institucional” do INE, a UTAO tem vindo a

¹ A presente análise beneficia de informação mais desagregada do que a divulgada no “Destaque” do INE para o sector das Administrações Públicas.

² A divulgação desta informação estatística é uma obrigação imposta pela legislação comunitária, tendo a derrogação para a transmissão de dados trimestrais por sector institucional terminado em Agosto de 2008.

acompanhar numa periodicidade infra-anual a tendência de evolução da conta do conjunto das Administrações Públicas, de forma directamente comparável com o objectivo do défice (em contas nacionais) definido para o conjunto do ano. O tratamento técnico desta informação permite à Assembleia da República dispor de informação actualizada de suporte à sua função de controlo político.

3 Analisa-se assim, na presente Nota Técnica, a execução orçamental das contas nacionais trimestrais das Administrações Públicas até ao 1.º trimestre de 2009, com base nos dados estatísticos divulgados pelo INE em 30 de Junho de 2009.

Nota metodológica

4 Tendo em conta que os valores trimestrais, constantes nas Contas Nacionais Trimestrais por Sector Institucional, não se encontram corrigidos de sazonalidade e são muito sensíveis a determinadas operações registadas em cada trimestre, optou-se por privilegiar na análise valores alisados – valores correspondentes ao ano terminado em cada trimestre ou seja valores deslizantes de 4 trimestres em percentagem do PIB anual deslizante (*rolling year GDP*) – de forma a permitir observar a tendência de evolução das variáveis em apreço. Seguiu-se assim a metodologia adoptada pelo EUROSTAT na divulgação destas estatísticas. Trata-se de calcular os valores como se o período de um ano terminasse no trimestre de referência. Assim, o PIB anual deslizante é calculado como a soma do PIB no trimestre de referência com o PIB dos três trimestres que o antecedem. Consequentemente, o PIB anual deslizante no 4.º trimestre de cada ano corresponde ao PIB anual desse ano.³ Assim, os valores apresentados nesta Nota Técnica referem-se, salvo indicação em contrário, ao ano terminado no trimestre de referência.

5 Os valores assim calculados permitem identificar qual seria o saldo das Administrações Públicas, em contabilidade nacional, caso o ano terminasse no trimestre de referência. Desta forma, consegue analisar-se a *tendência de evolução* infra-anual do défice público de forma directamente comparável com as contas nacionais anuais, eliminando os problemas de sazonalidade.⁴

6 Deve ter-se em conta que os valores aqui apresentados são ainda valores provisórios até ao apuramento das contas nacionais definitivas, pelo que poderão estar sujeitos a revisões, devendo consequentemente ser acolhidos com o devido cuidado.

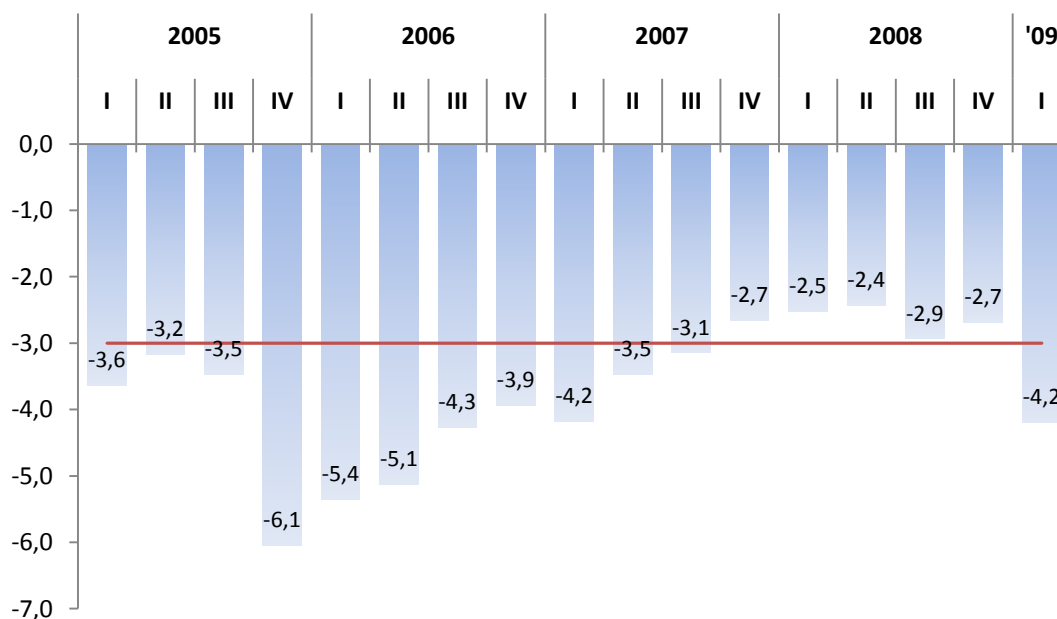
³ Os valores deslizantes para a conta das Administrações Públicas são calculados seguindo a mesma metodologia.

⁴ Os rácios assim obtidos são idênticos aos apresentados pelo INE no texto do “Destaque” recorrendo a uma média móvel de 4 períodos (mm4). A metodologia seguida pela UTAO, e pelo EUROSTAT, tem a vantagem de permitir uma comparação directa dos valores *em níveis* com os obtidos nas contas nacionais anuais, uma vez que se reportam ao período de um ano terminado no trimestre de referência.

I Execução Orçamental das Administrações Públicas

I.1 Da leitura do Gráfico 1 pode concluir-se que no ano terminado no 1.º trimestre de 2009 a estimativa preliminar do INE aponta para um défice das Administrações Públicas de 4,2% do PIB. Face ao trimestre anterior (que neste caso coincide com a totalidade do ano de 2008) verifica-se um significativo agravamento das necessidades de financiamento das Administrações Públicas (em 1,5 p.p. do PIB). Confirma-se assim a inversão da tendência de diminuição do défice das Administrações Públicas iniciada no terceiro trimestre de 2008. Para este agravamento do défice, no ano terminado no 1.º trimestre de 2009, face ao total do ano de 2008, concorrem um acréscimo da despesa (1,2 p.p. do PIB) e uma redução da receita (0,3 p.p. do PIB).

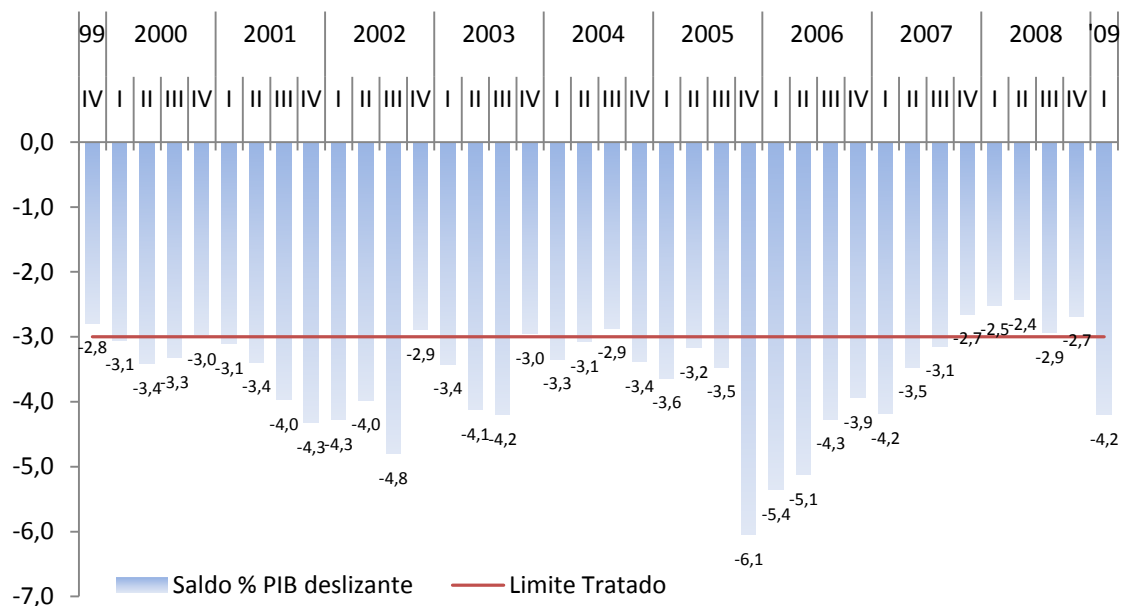
Gráfico 1 – Saldo orçamental das Administrações Públicas (2005-2009)
(valores deslizantes expressos em percentagem do PIB deslizante)



Notas: Valores referentes ao ano terminado no trimestre de referência, semelhantes aos obtidos aplicando uma média móvel de 4 períodos. Ver texto para detalhes. Trata-se do saldo das AP em contas nacionais, que não coincide inteiramente com o saldo apurado para efeito do Procedimento de Défices Excessivos (PDE) em virtude dos fluxos de juros ao abrigo de *swaps* e de contratos de garantia de taxas (FRA's) serem objecto de um tratamento específico no caso dos dados transmitidos ao abrigo do PDE. Cálculos UTAO. | **Fonte:** INE.

Gráfico 2 – Saldo orçamental das Administrações Públicas (1999T4-2009T1)

(valores deslizantes expressos em percentagem do PIB deslizante)



Notas: Ver gráfico anterior.

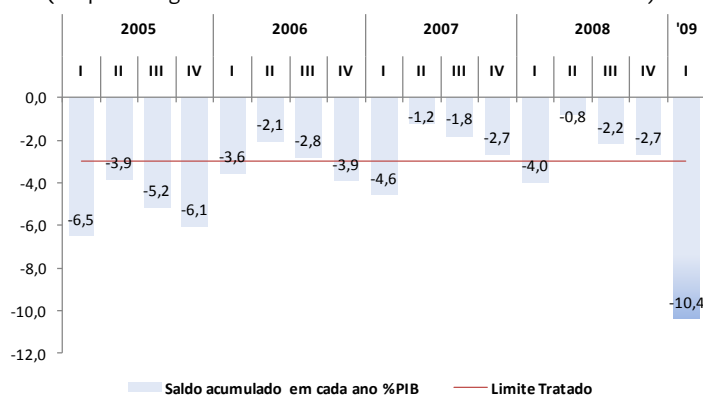
I.2 O acréscimo de 1,2 p.p. no peso da despesa no PIB verificado no ano terminado no 1.º trimestre de 2009 face ao ano de 2008, deve-se sobretudo ao aumento das prestações sociais (0,6 p.p. do PIB) e aos acréscimos verificados nas despesas com pessoal, consumo intermédio e despesa de capital (0,2 p.p. do PIB cada). No ano terminado no 1.º trimestre de 2009 a despesa total das Administrações Públicas ascendeu a 47,1% do PIB (ver Tabela 1, em anexo)).

I.3 O peso da receita das AP no PIB diminuiu no ano terminado no 1.º trimestre de 2009 0,3 p.p. face ao trimestre anterior (total do ano de 2008) em resultado da diminuição do peso dos impostos indirectos no PIB em 0,6 p.p. não totalmente compensado pelo acréscimo de 0,3 p.p. do PIB nas contribuições sociais efectivas. No ano terminado no 1.º trimestre de 2009 a receita total das Administrações Públicas ascendeu a 42,9% do PIB.

I.4 Comparativamente ao objectivo para a totalidade do ano de 2009, tal como actualizado no Relatório de Orientação da Política Orçamental, de Maio de 2009, em termos comparáveis, a receita encontra-se 2 p.p. do PIB abaixo do previsto, sobretudo devido à receita de capital. A despesa encontra-se 3,7 p.p. do PIB abaixo do aí previsto, graças a uma menor execução de despesa de capital, prestações sociais, subsídios e consumo intermédio que no seu conjunto mais do que compensam um montante de despesas com o pessoal superior ao previsto. No entanto, é necessário ter em conta que estes valores se referem ao ano terminado no 1.º trimestre de 2009, incluindo ainda por conseguinte a execução orçamental dos últimos três trimestres de 2008, esperando-se um maior impacte nas contas públicas das medidas discricionárias aprovadas (tais como a IIE) e dos estabilizadores automáticos ao longo de 2009, o que levará necessariamente a uma deterioração do défice, não existindo contudo ainda execução orçamental suficiente para permitir uma extrapolação para o conjunto do ano.

I.5 Unicamente para efeitos de comparabilidade, adopta-se agora uma metodologia semelhante à utilizada na análise da execução orçamental na óptica da contabilidade pública, fazendo assim uso de **valores acumulados** até ao trimestre de referência em cada ano civil. No entanto, importa referir que *estes valores se encontram sujeitos aos efeitos da sazonalidade*, apresentando, regra geral, o primeiro trimestre do ano necessidades de financiamento (em percentagem do PIB) superiores às dos restantes trimestres. Em termos *acumulados*, as Administrações Públicas apresentam no 1.º trimestre de 2009 uma necessidade de financiamento de 4066,8 milhões de euros (10,5% do PIB gerado no trimestre).⁵ Trata-se de um valor que compara com uma necessidade de financiamento de 4463,5 M€ (2,7% do PIB) no conjunto do ano de 2008. Deve, no entanto, ter-se presente que o valor do 1.º trimestre se encontra muito influenciado pela evolução da receita e pelos referidos efeitos da sazonalidade, salientando o INE a redução da receita fiscal, com particular destaque para o IVA, em consequência do efeito conjugado da diminuição da cobrança bruta dos impostos e do aumento significativo dos reembolsos do IVA. O Governo prevê que a receita fiscal no 2.º trimestre apresente uma deterioração superior à registada no 1.º trimestre, mas antecipa para os 3.º e 4.º trimestres de 2009 uma recuperação da receita fiscal.⁶

Gráfico 3 – Saldo acumulado até ao trimestre de referência
(em percentagem do PIB acumulado até ao trimestre de referência)



I.6 A taxa de variação homóloga acumulada até Março de 2009 da receita é de -5,4%, sendo a quebra nos impostos de 13,5% devida à forte redução na receita dos impostos indirectos (20,7%), onde se inclui o IVA (que apresenta uma quebra de 1/3). As contribuições sociais apresentam um crescimento de 8% em termos homólogos, que poderá em parte ser devido ao crescimento do subsídio do Estado para o financiamento da CGA.⁷ As receitas de capital apresentam um decréscimo homólogo de 20,5%.

I.7 A despesa consolidada das AP cresce em termos homólogos 9,6%, face ao 1.º trimestre de 2008. Destaca-se o crescimento da despesa de capital (24,7%), do consumo intermédio (20%), das prestações sociais (10,9%) e das despesas com pessoal (6%). Os subsídios apresentam uma quebra de 8,6%.

⁵ Em termos não ajustados dos efeitos da sazonalidade, o peso da receita das AP no 1.º trimestre de 2009 ascendeu a 37,5% do PIB gerado no 1.º trimestre; a despesa das AP ascendeu a 47,9% do PIB gerado no 1.º trimestre, representando assim as necessidades de financiamento 10,4% do PIB gerado no 1.º trimestre de 2009. Tal como referido no texto, estes valores encontram-se, no entanto, muito influenciados pelos efeitos da sazonalidade, bem como pelos efeitos de fenómenos pontuais, pelo que não são de privilegiar na análise.

⁶ Ver Gráfico 4.4 do Relatório de Orientação da Política Orçamental de Maio de 2009 (pág. 61).

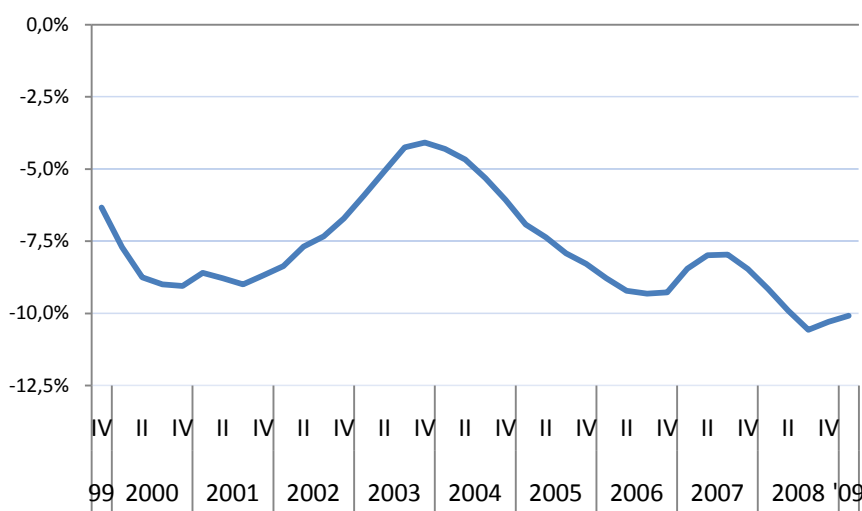
⁷ Na óptica da *contabilidade pública* a comparticipação do Orçamento do Estado apresentou um crescimento homólogo de 17,3%, atingindo os 950 M€, mais 140 M€ do que no 1.º trimestre de 2008, correspondendo a um grau de execução de 30%, um valor que excede o valor de referência para o trimestre.

[Página propositadamente deixada em branco]

II Conjunto da economia portuguesa

II.1 Uma vez que a informação disponibilizada pelo INE apresenta, numa base trimestral, a evolução dos principais indicadores da economia portuguesa, apresenta-se nos gráficos seguintes a evolução das necessidades de financiamento da economia portuguesa, bem como a evolução do PIB e do rendimento nacional da economia, no período 1999-2009. Tal como anteriormente optou-se pela apresentação de valores alisados (valores deslizantes), correspondendo ao ano terminado em cada trimestre, de forma a melhor se inferir as respectivas tendências de evolução dos agregados.

Gráfico 4 – Capacidade/Necessidade de financiamento da economia portuguesa
(valores deslizantes expressos em percentagem do PIB deslizante)



Notas: Cálculos UTAO. | **Fonte:** INE.

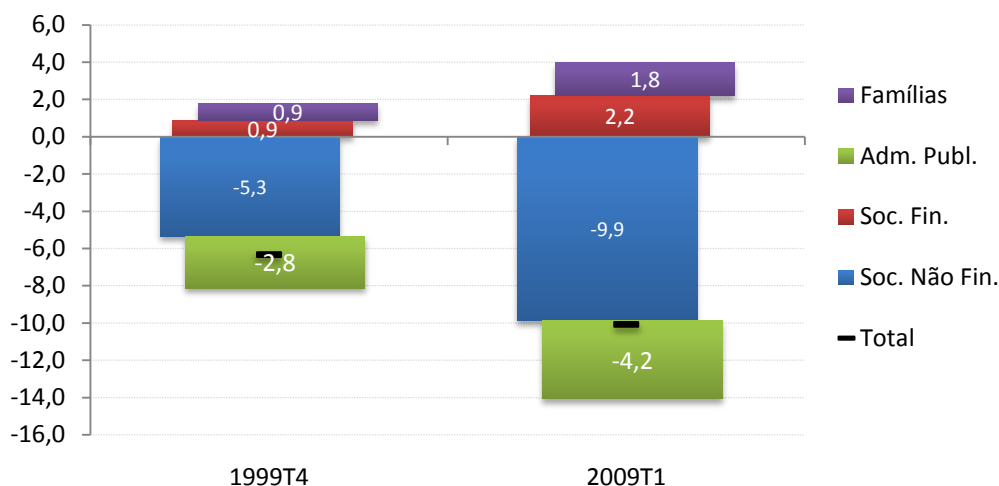
II.2 O Gráfico 4 ilustra a evolução das necessidades de financiamento da economia portuguesa (vulgo défice externo) desde a introdução do euro em 1999. No ano terminado no 1.º trimestre de 2009 estas ascenderam a 16 678 M€ ou 10,5% do PIB.⁸ Verificou-se assim uma ligeira redução das necessidades de financiamento da economia face ao máximo relativo (no período em análise) atingido no ano terminado no 3.º trimestre de 2008 (10,6% do PIB ou 17 580 M€). No ano terminado no 1.º trimestre de 2009 verifica-se uma melhoria das necessidades de financiamento da economia portuguesa em 0,2 p.p. do PIB (417,3 M€) face ao conjunto do ano de 2008, que se fica a dever à contracção do investimento, dado que o Rendimento Disponível Bruto se contraiu. Por sector institucional essa melhoria fica a dever-se à redução das necessidades de financiamento das sociedades (1 p.p. do PIB) e ao aumento da capacidade de financiamento das famílias (em 0,7 p.p. do PIB). Em contrapartida as Administrações Públicas aumentaram as suas necessidades de financiamento em 1,5 p.p. do PIB.

⁸ Valor deslizante em percentagem do PIB deslizante, idêntico ao que seria obtido utilizando uma média móvel de 4 períodos para remover os fenómenos de sazonalidade.

II.3 O Gráfico 5 apresenta a decomposição das necessidades de financiamento por sector institucional em 1999 e no ano terminado no 1.º trimestre de 2009 e no ano de 1999. Verifica-se que as famílias e as sociedades financeiras são os sectores institucionais que apresentam uma capacidade de financiamento, apresentando os restantes sectores significativas necessidades de financiamento, pelo que no conjunto da economia portuguesa se verifica a já referida necessidade de financiamento superior a 10% do PIB. Comparativamente a 1999, no ano terminado no 1.º trimestre de 2009, as necessidades de financiamento da economia portuguesa agravaram-se em 3,7 p.p. do PIB devido ao agravamento das necessidades de financiamento das sociedades não financeiras (4,5 p.p.) e das Administrações Públicas (1,4 p.p.). Já as sociedades financeiras e as famílias reforçaram a sua capacidade de financiamento em 1,3 e 0,9 p.p. do PIB, respectivamente.

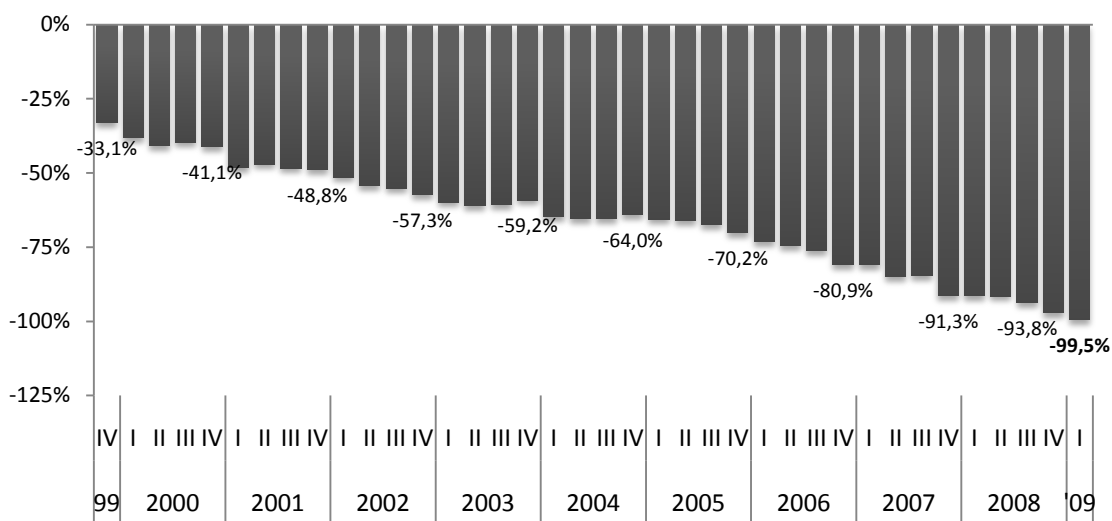
Gráfico 5 – Capacidade/Necessidade de financiamento da economia portuguesa por sector institucional

(valores deslizantes expressos em percentagem do PIB deslizante)



II.4 O acumular de necessidades de financiamento face ao resto do mundo resultou numa rápida deterioração da posição de investimento internacional da economia portuguesa. Esta passou de uma posição negativa de 1/3 do PIB no final de 1999 para um valor próximo de 100% do PIB (99,5%) no ano terminado no 1.º trimestre de 2009.

Gráfico 6 – Posição de investimento internacional da economia portuguesa
(valores de fim de período expressos em percentagem do PIB deslizante)



Notas: Cálculos UTAO. | **Fontes:** Banco de Portugal para a posição de investimento e INE para o PIB.

II.5 Este forte agravamento da posição de investimento internacional, reflectindo um acréscimo do endividamento face ao exterior, passou a ter consequências visíveis na evolução do Rendimento Nacional Bruto (RNB) e do Rendimento Disponível Bruto (RDB), que se encontram representados a preços constantes de 2000 no Gráfico 7. Numa economia aberta, o rendimento nacional bruto dos residentes, ou seja o rendimento atribuível aos factores produtivos residentes no território económico, poderá diferir da riqueza produzida nessa economia (produto interno bruto) em consequência do saldo líquido dos rendimentos primários do resto do mundo, cujo sinal reflecte a posição de investimento internacional. São exemplos desses fluxos a saída de lucros de empresas detidas por não residentes para o exterior e o pagamento de juros ao exterior. No período em análise (1999T4-2009T1) o RNB da economia portuguesa foi sempre inferior ao PIB, devido ao um saldo negativo dos rendimentos recebidos do resto do mundo. Acresce que o hiato entre os dois indicadores tem vindo sucessivamente a alargar-se, reflectindo os encargos crescentes com a dívida externa entretanto contraída: no 4.º trimestre de 1999 o RNB representava 98,3% do PIB; actualmente, no ano terminado no 1.º trimestre de 2009, representa 95,9% do PIB português.

II.6 No entanto, até ao final de 2004, o montante líquido de transferências correntes recebidas do resto do mundo,⁹ cuja soma com o RNB permite obter o RDB, compensavam esse diferencial negativo fazendo com que o RDB, ou seja o rendimento disponível para a utilização dos residentes em Portugal, fosse sensivelmente igual ao PIB (ver Gráfico 8). No entanto, a partir do 1.º trimestre de 2005, o RDB passou a ser inferior ao PIB, deixando essas transferências correntes, que se foram sucessivamente reduzindo, de ser suficientes para compensar o saldo negativo dos rendimentos primários, que entretanto se foi agravando.^{10,11}

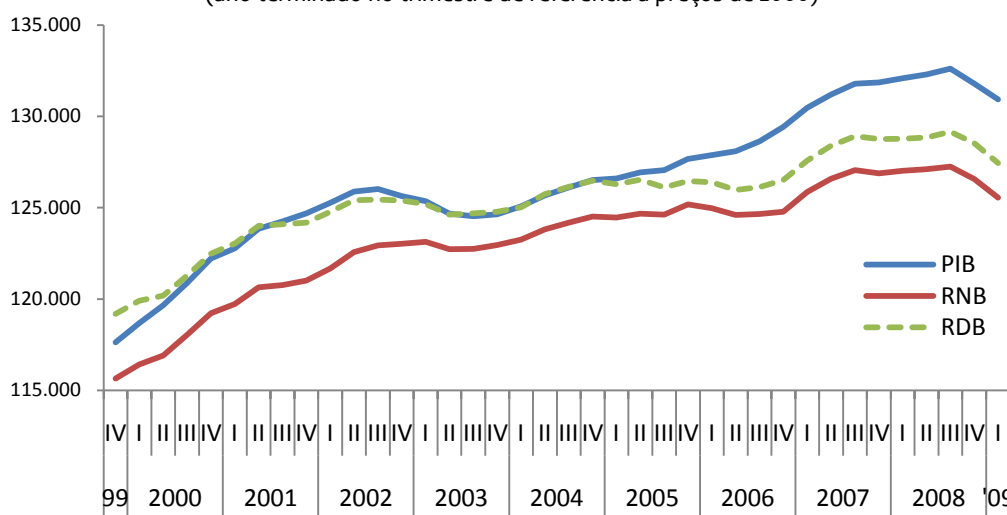
⁹ Por exemplo, remessas de emigrantes.

¹⁰ O défice líquido de rendimentos primários do resto do mundo ascendeu no ano terminado no 1.º trimestre de 2009 a 4,1% do PIB; face a 1999 trata-se de um agravamento de 2,4 p.p. do PIB, em resultado do acréscimo de 6,1

No ano terminado no primeiro trimestre de 2009, o RDB representa 97,3% do PIB. Isto significa que, mesmo após transferências correntes com o resto do mundo, 2,7% do total da riqueza produzida em Portugal (PIB) não fica à disposição dos residentes em Portugal, sendo antes canalizada para o exterior. Na actual conjuntura recessiva, verificou-se uma quebra ligeiramente mais pronunciada do RDB e do RNB do que a quebra do PIB.

II.7 Num contexto de manutenção de um défice externo elevado e de uma posição de investimento internacional fortemente negativa é expectável que o RDB continue a evoluir a um ritmo inferior ao do PIB, o que constitui um factor limitativo da retoma do crescimento baseado na procura interna, com potenciais consequências ao nível da evolução da receita fiscal.

Gráfico 7 – PIB, Rendimento Nacional Bruto e Rendimento Disponível Bruto da economia portuguesa a preços constantes
(ano terminado no trimestre de referência a preços de 2000)



Notas: Para o cálculo dos valores a preços de 2000 utilizou-se o deflator do PIB das Contas Nacionais Trimestrais (a 70 dias) do 3.º Trimestre de 2008. Cálculos UTAO. | **Fonte:** INE.

p.p. do PIB dos rendimentos pagos ao resto do mundo, ter sido apenas parcialmente compensado por um acréscimo de 3,7 p.p. do PIB nos rendimentos primários recebidos do resto do mundo.

¹¹ No 4.º trimestre de 1999 o saldo líquido de transferências correntes com o resto do mundo ascendia a 3% do PIB tendo-se reduzido para 1,4% no ano terminado no 1.º trimestre de 2009. Esta redução de 1,6 p.p. do PIB é devida a uma redução de 1 p.p. do PIB ocorrida nas transferências recebidas do resto do mundo e a um acréscimo 0,6 p.p. do PIB registado nas transferências correntes pagas ao resto do mundo. Para esta evolução concorre quer uma redução das remessas dos emigrantes portugueses, quer um acréscimo das remessas para o exterior dos imigrantes em Portugal.

ANEXOS

Gráfico 8 – Rendimento Nacional Bruto e Rendimento Disponível Bruto face ao PIB
(valores deslizantes expressos em percentagem do PIB deslizante)

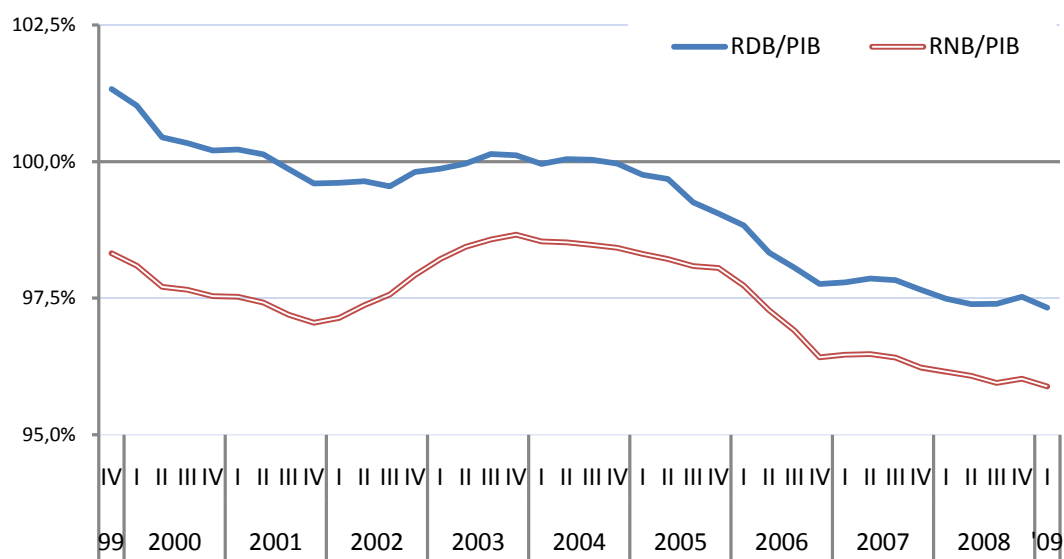


Tabela 1 – Quadro síntese da execução orçamental trimestral em contabilidade nacional
(valores referentes ao ano terminado no trimestre de referência em percentagem do PIB)

Ano: Trimestre:	2008				2009	Objectivo	Desvio face Obj2009	Variação Dez08-09T1
	I	II	III	IV	I	2009 (Anual)		
Receita Total	43,2	43,3	43,2	43,2	42,9	44,9	-2,0	-0,3
Impostos	24,8	24,9	24,7	24,5	23,9	23,6	0,3	-0,6
- Impostos indirectos	15,0	15,0	14,8	14,6	14,0	14,0	-0,1	-0,6
- Impostos Directos	9,8	9,9	9,8	9,9	10,0	9,6	0,4	0,0
Contribuições Sociais	12,7	12,8	12,9	13,0	13,3	12,8	0,4	0,3
Outras receitas correntes	4,7	4,9	4,9	4,8	4,8	5,9	-1,1	0,0
Receitas de capital	0,9	0,7	0,7	0,9	0,9	2,4	-1,5	0,0
Despesa Total	45,7	45,7	46,1	45,9	47,1	50,8	-3,7	1,2
Consumo intermédio	4,3	4,3	4,4	4,4	4,6	4,7	-0,2	0,2
Despesas com pessoal	12,9	12,8	12,9	12,9	13,1	12,7	0,3	0,2
Prestações sociais	19,3	19,4	19,6	19,9	20,4	21,6	-1,2	0,6
Juros	2,9	2,9	3,0	3,0	3,0	3,1	-0,2	0,0
Subsídios	1,1	1,2	1,1	1,2	1,1	1,9	-0,8	0,0
Outra despesa corrente	2,1	2,1	2,0	2,0	2,0	2,4	-0,4	0,0
Despesas de capital	3,2	3,1	3,2	2,7	2,8	4,2	-1,4	0,2
- FBCF	2,4	2,4	2,4	2,1	2,2	3,0	-0,8	0,0
Saldo global	-2,5	-2,4	-2,9	-2,7	-4,2	-5,9	1,7	-1,5
Saldo Primário	0,4	0,5	0,0	0,3	-1,2	-2,8	1,6	-1,5
<i>Agregados</i>								
Receita Fiscal e Contributiva*	36,6	36,7	36,6	36,5	36,2	35,5	0,7	-0,3
Despesa Corrente	42,5	42,7	42,9	43,2	44,3	46,6	-2,3	1,0
Despesa Corrente Primária	39,6	39,7	40,0	40,3	41,3	43,4	-2,1	1,0
Despesa Total Primária	42,8	42,8	43,2	43,0	44,1	47,7	-3,5	1,2
Dívida Pública	62,6	63,8	63,9	66,4	:	74,6	0,0	0,0

Fonte dos dados: INE para a execução orçamental; ROPO/2009 e informação disponibilizada pelo MFAP para o objectivo para o conjunto do ano de 2009.

Notas: * Exclui as contribuições sociais imputadas. O objectivo para o conjunto do ano de 2009 é o constante no ROPO/2009, apresentado numa base comparável com a classificação do INE utilizando para esse efeito informação disponibilizada pelo MFAP. A série das despesas com pessoal não se encontra ajustada dos efeitos das sucessivas transformações de hospitais do SNS em hospitais-empresa, pelo que apresenta sucessivas quebras estatísticas. Cálculos UTAO.

Índice

INTRODUÇÃO	3
I EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	5
II CONJUNTO DA ECONOMIA PORTUGUESA	9

Índice de tabelas

Tabela 1 –Quadro síntese da execução orçamental trimestral em contabilidade nacional	14
--	----

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Saldo orçamental das Administrações Públicas (2005-2009).....	5
Gráfico 2 – Saldo orçamental das Administrações Públicas (1999T4-2009T1)	6
Gráfico 3 – Saldo acumulado até ao trimestre de referência	7
Gráfico 4 – Capacidade/Necessidade de financiamento da economia portuguesa.....	9
Gráfico 5 – Capacidade/Necessidade de financiamento da economia portuguesa por sector institucional.....	10
Gráfico 6 – Posição de investimento internacional da economia portuguesa.....	11
Gráfico 7 – PIB, Rendimento Nacional Bruto e Rendimento Disponível Bruto da economia portuguesa a preços constantes	12
Gráfico 8 – Rendimento Nacional Bruto e Rendimento Disponível Bruto face ao PIB.....	13